COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 6.729, DE 2013

Institui a Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta.

Autor: Deputado SÉRGIO BRITO

Relator: Deputado MARCO TEBALDI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.729/13, de autoria do nobre Deputado Sérgio Brito, institui a Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta. O art. 2º define como **princípios** desta Política: **(i)** a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e dos valores culturais associados; **(ii)** o desenvolvimento sustentável local, regional e do País; **(iii)** a geração de riqueza, redução das desigualdades regionais, a melhoria da qualidade de vida e a promoção da justiça social; **(iv)** o fortalecimento das organizações sociais locais; **(v)** o uso eficiente e racional dos recursos florestais; **(vi)** o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso aos recursos florestais e aos benefícios decorrentes de sua utilização; **(vii)** a universalidade e equidade no acesso à Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta, sem qualquer espécie de discriminação; **(viii)** a participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta em todas as esferas de governo; **(ix)** a transparência na execução dos programas e ações e na aplicação dos

recursos destinados à implementação da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta; **(x)** a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de processamento dos recursos florestais; **(xi)** a utilização de empreendedores locais e de mão de obra regional; e **(xii)** a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, as comunidades locais, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade civil.

Por sua vez, o art. 3º especifica como **objetivos** da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta: **(i)** fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis; **(ii)** promover o processamento local dos recursos florestais; **(iii)** incentivar a agregação de valor aos produtos e serviços da floresta; **(iv)** incentivar a diversificação industrial; **(v)** fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias para o beneficiamento e a industrialização dos produtos florestais; **(vi)** incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias; **(vii)** promover a assistência técnica e a capacitação profissional dos trabalhadores da indústria florestal; **(viii)** promover o acesso a serviços de finanças e de crédito; e **(ix)** fomentar o desenvolvimento de mercados, a comercialização interna e a exportação dos produtos e serviços da floresta.

A seguir, o art. 4º enumera os seguintes **instrumentos** da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta: **(i)** os incentivos fiscais, financeiros e creditícios, sob condições favorecidas, em especial no que se refere a taxas de juros e prazos de pagamento, na forma da legislação pertinente; **(ii)** o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos termos da legislação em vigor; **(iii)** a assistência técnica durante o ciclo produtivo e nas fases de transformação e de comercialização da produção; e **(iv)** a certificação de origem e de qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Por seu turno, o art. 5º determina que o planejamento e a administração da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta serão

realizados na forma de seu regulamento, assegurada a ampla participação de autoridades de governos estaduais e de outros setores do Poder Público, sobretudo os Institutos de Pesquisa, especialistas e representantes do setor privado, bem como da sociedade civil organizada e das comunidades tradicionais. Por fim, o art. 6º veda as exportações de produtos da floresta para beneficiamento no exterior de espécies classificadas como estratégicas ou relevantes em ato normativo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sempre que houver tecnologia compatível e capacidade produtiva no Brasil.

Na justificação do projeto, o ilustre Autor argumenta que cerca de metade do território do Brasil ainda está coberto por vegetação nativa, sendo a maior parte dessa vegetação formada por florestas tropicais, como a Amazônia e a Mata Atlântica, além de outros biomas importantes, como o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga, o Pampa, e a Zona Costeira e Marinha. De acordo com o augusto Parlamentar, vivem nesses ambientes cerca de 20% das espécies de seres vivos do planeta, o que faz o Brasil um dos países com maior biodiversidade do mundo. Além disso, segundo ele, o País abriga uma grande diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, ribeirinhos, dentre outras), que detêm um considerável acervo de conhecimento tradicional sobre o manejo dos recursos da biodiversidade.

Em suas palavras, no entanto, esses recursos e conhecimentos não são ainda devidamente aproveitados, mediante a produção de bens e serviços de alto valor agregado. Segundo o ínclito Deputado, o uso sustentável dos recursos da biodiversidade brasileira pode gerar mais riqueza do que sua substituição pela agropecuária, que, muitas vezes, além de impactar a biodiversidade, demanda grandes quantidades de insumos importados. A seu ver, o fortalecimento das cadeias produtivas e a consolidação de mercados sustentáveis para os produtos e serviços da floresta são fundamentais para a conservação e o uso econômico sustentável de nossos ecossistemas. Com isso, na opinião do nobre Autor, o País poderá desenvolver uma nova e vantajosa fronteira econômica, com geração de emprego e renda para as comunidades locais e regionais. Assim, o projeto em tela tem o objetivo de criar um ambiente favorável para o desenvolvimento desses produtos e mercados, com a instituição da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e

Serviços da Floresta, dotada de seus princípios, objetivos e instrumentos. Nas palavras do ilustre Parlamentar, o que se observa muitas vezes é que nossas comunidades recebem pela comercialização de produtos da floresta não beneficiados um valor muito baixo, quando poderiam ser muito mais bem remuneradas se essa matéria-prima fosse industrializada. Nesses casos, em sua opinião, o lucro principal fica com as indústrias estrangeiras, em prejuízo da nossa população.

O Projeto de Lei nº 6.729/13 foi distribuído em 27/11/13, pela ordem, às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária.

Encaminhada a proposição a este Colegiado em 28/11/13, recebemos, em 03/12/13, a honrosa missão de relatar a matéria. Não se lhe apresentaram emendas até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 05/02/14.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Em boa hora vem esta proposição ao nosso exame. Com efeito, o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade favorece a integração da conservação e o uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do País. A inclusão produtiva dos povos e comunidades tradicionais aos processos de agregação de valor aos produtos e serviços da floresta acarretará, sem dúvida, a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas. Desta forma, o Brasil abrirá uma nova fronteira econômica, baseada em vantagens comparativas ainda inexploradas e a

possibilidade de geração de emprego e renda, mediante a valorização dos recursos florestais.

Deve-se considerar, ainda, que a promoção da agregação de valor e da consolidação de mercado dos produtos e serviços da floresta gera resultados evidentes, em termos de aumento de renda e de dignidade para as populações beneficiadas. Há, porém, outros desdobramentos positivos, econômicos e sociais, a se esperar da aplicação de uma política elaborada nos moldes especificados no projeto em tela. De um lado, avanços nas áreas de medicina, genética, cosmética e alimentos. De outra parte, ganhos indiretos, mas importantíssimos, no que se refere a proteção de bacias hidrográficas, reciclagem de nutrientes, redução da poluição do ar, funções climáticas, fixação de carbono e biodiversidade decorrentes da preservação do *habitat* original.

Um exame sucinto das cadeias produtivas potencialmente beneficiadas pela implementação da Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta ilustra o alcance econômico e social desta iniciativa. No âmbito do **Bioma Amazônia Oriental**, encontram-se as cadeias de: açaí; farinha de mandioca; óleos (andiroba, babaçu, copaíba, muru-muru, dendê, pracaxi); pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos); artesanato (bio-jóias, fibras, palhas, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes); frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, pequi, buritirana, manga); plantas medicinais e aromáticas; mel; castanha-do-brasil; e ecoturismo. Já no **Bioma Amazônia Ocidental**, identificam-se as cadeias de: castanha-do-brasil; óleos vegetais (copaíba, andiroba, muru-muru, babaçu, dendê); açaí; borracha; artesanato (sementes, bio-jóias, fibras, cerâmica, cipós); pesca (pirarucu, jacaré, peixes ornamentais); meliponicultura; mandioca; plantas medicinais; plantas ornamentais; extratos e seivas vegetais (sangue de dragão, angico); carvão vegetal; quelônios (tracajás, tartarugas); frutas (cupuaçu, buriti, cajá, melancia, cacau, bacuri, patuá, abiu, camu-camu, jenipapo, bacaba, araçá-boi); palmitos (pupunha, açaí); algodão; urucum; guaraná; feijão-de-praia; condimentos; produtos culturais indígenas; e turismo rural comunitário.

No contexto do **Bioma Cerrado**, citam-se as cadeias de: frutas (baru, pequi, mangaba, cagaita, caju, jatobá, buriti, araticum, gabirola, guapeva, macaúba, bacuri, jerivá, murici, tarumã, bacaba); mel de melíponas, apis e derivados; plantas e processos fitoterápicos (arnica, barbatimão, faveira, aroeira, copaíba, quina, virola, papaconha, mamacadela, sangra d'água); animais silvestres (ictonológicos, avícolas, mamíferos, répteis); plantas ornamentais (palmeiras – bacaba, inajá, macaúba, jerivá, guariroba, butiá, coco-babão, buriti, bacuri, licuri –, bromélias, orquídeas, suculentas, gramíneas); árvores e arbustos ornamentais (nó-de-porco, louro preto, chichá, jacarandá, ipê branco, rosa e amarelo, embaúba, paineira, quaresmeiras, saca-rolha, arrabídeas); artesanato (palha, capim dourado, fibras, sementes, couro de peixe); e ecoturismo de base comunitária. Por seu turno, no âmbito do **Bioma Mata Atlântica e Zona Costeira e Marinha Sul**, as principais cadeias são as de: juçara (polpa, palmito, sementes e mudas); mel silvestre; fibras naturais e cipós nativos (imbé, bananeira, taboa); plantas medicinais, condimentares e aromáticas nativas; erva mate oriunda de sistema agroflorestal ou manejo de floresta nativa; vime; frutas nativas (jabuticaba, pitanga); guanandi (madeira e óleo) e outras oleaginosas; pesca artesanal; plantas ornamentais; pinhão, raízes, sementes e grãos nativos; artesanato; e variedade cultural e de folclore.

Quanto ao **Bioma Pampa**, destacam-se as cadeias de lá bruta e de artesanato. Por sua vez, as cadeias mais expressivas do **Bioma Mata Atlântica e Zona Costeira e Marinha Sudeste e Nordeste** compreendem as de: animais silvestres; meliponicultura e apicultura; pinhão; plantas aromáticas nativas; fitoterápicos; artesanato; banana-da-terra; cacau; café orgânico; caixeta; cambuci; bambu nativo; aroeira; taioba; araruta; piaçava; candeia; bucha; sapê; derivados de produção familiar de cana; condimentos (pimentas, urucum, dendê de produção familiar); juçara; silvicultura de madeiras nativas (pau brasil, angico, ipê, pau ferro, abajeru); mandioca; plantas ornamentais (flores e folhagens nativas, samambaia-preta); pesca artesanal e maricultura de espécies nativas; produtos de sistemas agroflorestais (frutas nativas – mangaba, abacaxi, cajá, jabuticaba – e frutas exóticas – manga, jaca); produção artesanal de sal; sementes e mudas; e turismo sustentável.

No que diz respeito ao **Bioma Caatinga**, apontam-se as cadeias de: frutas (tamarindo, caju, umbu, maracujá-do-mato, mamãozinho-de-veado, pequi, babaçu, araçá, cajuí, faveleira, capa-rosa, uvaia, trapiá, quixadera, gogóia, jurubeba, ingá, juazeiro, macaúba, catolé, pinha, genipapo, frutos dos cactos, inço, brutus, araticum, coroa-de-frade, ananás, jatobá,

araçazinho, budinho, fruta de cágado, buriti); apicultura e meliponicultura; ovinocultura e caprinocultura com espécies tradicionais; mandioca; carnaúba; angico; fava danta; agave; maniçoba; oiticica; avicultura de capoeira; cana-de-açúcar artesanal; algodão mocó; produtos madeireiros de manejo sustentável; pesca artesanal; artesanato (buriti, carnaúba, bio-jóias); plantas medicinais; plantas xerófilas e ornamentais; urucum; licuri; e turismo de base comunitária. Por fim, apontam-se no **Bioma Pantanal** as cadeias de: mel e plantas melíferas; frutos (bocaiúva, guavira, pequi, cumbaru, jatobá, laranjinha-de-pacu, mangava, cajazinho, tucum, canjiquinha, cajá-manga, ciputá, caraguatá, cajuí, pateiro, tialimpava, cagaita, coroa-de-frade, araticum, tarumarana, araçá, goiaba nativa, acuri, ingá, mamica-de-cadela, jabuticaba nativa, pitomba, tarumã, marmelo, tamarindo, acaia, ata, fruta-de-veado, manduvi); plantas medicinais e aromáticas; pigmentos naturais; grãos (arroz selvagem, milho selvagem, semente do fruto da vitória régia); animais nativos de cativeiro; fibras; madeiras nativas certificadas; boi tucura; cavalo pantaneiro; mandioca nativa e seus derivados; artesanato (couro, argila, osso, sementes, urubamba, algodão, madeira) e ecoturismo (contemplação de animais e pássaros, pesca esportiva).

Temos certeza de que a própria sonoridade nativa dos nomes dessas dezenas de espécies vegetais e animais acima mencionadas já desperta em todos nós a necessidade de recompor a ligação perdida com nossas origens. De fato, valorizar os processos seculares de reprodução e aproveitamento de nossa flora e fauna nativas não é apenas uma questão de bom-senso econômico e de justiça social. É, também, uma forma de preservar nossa riqueza humana e cultural.

Por todos estes motivos, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 6.729, de 2013.**

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em 02 de abril de 2014.

Deputado MARCO TEBALDI
Relator